

STJ00118503

MARCELO LEONARDO TAVARES

**O DIREITO
FUNDAMENTAL
À PREVIDÊNCIA
SOCIAL**

EDITORA
IMPETUS

Rio de Janeiro
2023



© 2023, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.

Av. Ernani do Amaral Peixoto, 507 – Loja 05 – Centro – Niterói – RJ
CEP: 24.020-072 – Telefax: (21) 2621-7007

CONSELHO EDITORIAL:

ANA PAULA CALDEIRA • BENJAMIN CESAR DE AZEVEDO COSTA
CELSO JORGE FERNANDES BELMIRO • ED LUIZ FERRARI • EUGÊNIO ROSA DE ARAÚJO
FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM • FERNANDA PONTES PIMENTEL
IZEQUIAS ESTEVAM DOS SANTOS • MARCELO LEONARDO TAVARES
RENATO MONTEIRO DE AQUINO • ROGÉRIO GRECO
VITOR MARCELO ARANHA AFONSO RODRIGUES • WILLIAM DOUGLAS

IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO: GRÁFICA PSI7

DATA DE FECHAMENTO DA EDIÇÃO: 17-07-2023

Tavares, Marcelo Leonardo

Direito fundamental à previdência social / Marcelo Leonardo Tavares.

-- 2. ed. -- Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2023.

248p. ; 14x21cm.

ISBN: 978-65-86044-40-9

1. Direito fundamental – Brasil 2. Direito previdencial – Brasil

I. Título.

23-166872

CDD: 34:364.3(81)

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A Editora Impetus informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

Sumário

I – Introdução.....	1
II – A Legitimação dos Direitos Humanos.....	11
II.1. Legitimação <i>versus</i> Fundamentação	11
II.2. O Positivismo e a Negativa de Legitimação dos Direitos Humanos	13
II.3. Teorias de Legitimação dos Direitos do Homem.....	20
II.3.1. O Procedimentalismo de Rawls.....	22
II.3.2. Os Direitos Morais	28
II.4. Os Direitos Humanos e a Dignidade da Pessoa.....	36
III – A Legitimação dos Direitos Sociais e da Previdência Social.....	43
III.1. A Legitimação dos Direitos Sociais	43
III.1.1. A Teoria do <i>Status</i> de Georg Jellinek.....	47
III.1.2. Os Direitos Humanos Sociais e o Mínimo Existencial.....	51
III.2. O Direito Previdenciário como Direito Humano Social.....	70
IV – A Previdência Social na Ordem Internacional e nas Constituições dos Países Ibéricos.....	75
IV.1. Introdução ao Fundamento dos Direitos Sociais.....	75
IV.2. A Fundamentação e Proteção Internacional da Previdência Social	78

IV.3. A Proteção Previdenciária nas Constituições dos Países Ibéricos.....	91
IV.3.1. A Constituição Portuguesa	95
IV.3.2. A Constituição Espanhola	105
V – Os Direitos Sociais Fundamentais da Constituição de 1988	113
V.1. O Estado Brasileiro e as Teorias de Direitos Fundamentais	117
V.1.1. As Teorias de Direitos Fundamentais.....	117
V.1.2. O Estado Liberal Social Brasileiro	121
V.1.3. As Teorias de Direitos Fundamentais Adotadas pelo Brasil.....	124
V.2. Os Direitos Fundamentais na Constituição de 1988 ...	126
V.2.11. Direitos Fundamentais Formais e Materiais.....	126
V.2.2. Classificação dos Direitos Fundamentais.....	131
V.2.2.1. A Classificação Formal da Constituição e uma Primeira Conseqüência	131
V.2.2.2. A Classificação Funcional dos Direitos Fundamentais	133
V.3. Os Direitos Sociais Prestacionais na Constituição de 1988	136
V.3.1. Os Direitos Sociais Prestacionais e os Princípios Fundamentais da República.....	136

V.3.1.1. Os Fundamentos e Objetivos da República	136
V.3.1.2. Os Direitos Integrantes do Conceito de Prestações Sociais Fundamentais	141
V.3.2. Eficácia e Exigibilidade das Normas Constitucionais de Direitos Sociais Prestacionais Mínimos.....	144
V.3.2.1. Classificação das Normas Constitucionais Quanto à Eficácia.....	144
V.3.2.2. A Eficácia dos Princípios e Regras sobre Prestações Sociais	146
V.3.2.3. A Veiculação dos Direitos a Prestações Mínimas Através de Regras de Aplicabilidade Imediata	148
V.3.2.4. A (I)legitimidade Democrática do Judiciário para Decidir Questões Envolvendo Direitos Prestacionais Fundamentais	153
V.3.2.5. Os Direitos Prestacionais Fundamentais e o Princípio da Vedação de Retrocesso.....	155
V.3.3. As Prestações Sociais Mínimas como Limite Material ao Exercício do Poder Constituinte Derivado e como Preceito Fundamental.....	157
V.3.3.1. As Prestações Sociais Mínimas e as Cláusulas Pétreas	157
V.3.3.2. As Prestações Sociais Mínimas e o Conceito de Preceitos Fundamentais	159
V.4. Conclusão do Capítulo.....	162

VI – A Previdência e a Assistência Social como Direitos Fundamentais.....	165
VI.1. Seguridade Social	166
VI.1.1. Conceito e Objetivos Constitucionais	167
VI.1.2. Custeio da Seguridade Social	176
VI.2. A Evolução Histórica da Previdência e a Assistência Social nas Constituições Brasileiras	184
VI.3. A Assistência e a Previdência Social na Constituição de 1988	191
VI.3.1. A Assistência Social	191
VI.3.1.1. A Assistência Social e os Fundamentos da República.....	192
VI.3.1.2. A Eficácia das Normas Constitucionais de Assistência Social	194
VI.3.1.3. A Assistência Social como Limite Material de Reforma da Constituição e como Preceito Fundamental.....	197
VI.3.1.4. O Conceito de Pessoa Necessitada para Fruição do Benefício de Prestação Continuada...	198
VI.3.2. A Previdência Social.....	201
VI.3.2.1. O Regime Geral de Previdência Social	202
VI.4. Proposta de um Modelo	208
VII – Conclusões	211
Bibliografia.....	219